

ICE – Instituto de Cidadania Empresarial

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Associados e Administradores da
ICE – Instituto de Cidadania Empresarial
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ICE - Instituto de Cidadania Empresarial ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ICE - Instituto de Cidadania Empresarial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

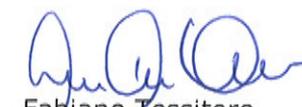
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de junho de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP216451/O-1

ICE - INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	249.660	203.051	Fornecedores		86.161	59.316
Títulos e valores mobiliários	4	1.420.151	1.318.245	Obrigações trabalhistas e tributárias	5	<u>187.644</u>	<u>94.630</u>
Adiantamentos		35.393	20.801	Total do passivo circulante		<u>273.805</u>	<u>153.946</u>
Outras contas a receber		<u>5.000</u>	<u>5.000</u>				
Total do ativo circulante		<u>1.710.204</u>	<u>1.547.097</u>	NÃO CIRCULANTE			
				Provisão para riscos	6	<u>13.669</u>	<u>13.669</u>
				Total do passivo não circulante		<u>13.669</u>	<u>13.669</u>
NÃO CIRCULANTE							
Imobilizado		<u>28.527</u>	<u>25.336</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		28.527	25.336	Patrimônio líquido	7	1.451.257	1.404.818
TOTAL DO ATIVO		<u>1.738.731</u>	<u>1.572.433</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.738.731</u>	<u>1.572.433</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICE - INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA	8	4.214.046	3.620.483
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	9	(1.036.506)	(713.678)
Despesas com programas sociais	9	<u>(3.305.797)</u>	<u>(2.761.765)</u>
Total de despesas operacionais		<u>(4.342.303)</u>	<u>(3.475.443)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	10	180.112	171.003
Despesas financeiras	10	<u>(5.417)</u>	<u>(1.227)</u>
		174.695	169.776
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>46.438</u>	<u>314.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICE - INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	46.438	314.816
Outros resultados abrangentes		
RESULTADO ABRANGENTE	<u>46.438</u>	<u>314.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICE - INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.090.002	-	1.090.002
Superávit do exercício	-	314.816	314.816
Transferência do superávit do exercício	314.816	(314.816)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>1.404.818</u>	<u>-</u>	<u>1.404.818</u>
Superávit do exercício		46.438	46.438
Transferência do superávit do exercício	<u>46.438</u>	<u>(46.438)</u>	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>1.451.257</u>	<u>-</u>	<u>1.451.257</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICE - INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	46.438	314.816
Ajuste para reconciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	6.802	5.610
Provisão para riscos	-	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(180.112)	(171.003)
Variações nos ativos operacionais:		
Adiantamentos	(14.592)	(20.670)
Outras contas a receber	-	-
Variações nos passivos operacionais:		
Fornecedores	26.845	48.822
Obrigações trabalhistas e tributárias	<u>93.014</u>	<u>(52.173)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(21.606)</u>	<u>125.402</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Títulos e valores mobiliários	78.206	(231.983)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	<u>(9.992)</u>	<u>(3.278)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	68.215	(235.261)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>46.609</u>	<u>(109.859)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	203.051	312.910
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	249.660	203.051
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>46.609</u>	<u>(109.859)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ICE - INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O ICE - Instituto de Cidadania Empresarial ("Instituto") é uma organização da sociedade civil, fundado em 27 de julho de 1999, sem fins lucrativos, que atua na articulação de líderes e no fomento de iniciativas transformadoras, capazes de gerar impacto social positivo na população de baixa renda.

Em um mundo dinâmico, diverso e em constante transformação, o Instituto sempre buscou inovações sociais que pudessem engajar empresários e investidores em iniciativas que contribuam para a redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica. Ao longo de sua história, o Instituto elegeu diferentes temáticas de inovação social e implementou estratégias de atuação que inspirassem a prática de um grupo maior de lideranças e organizações.

O Instituto vem desenvolvendo novas iniciativas que foram divididas em quatro programas:

a) Força-tarefa

Em 2013, um grupo de 20 organizações, representantes do ecossistema de finanças sociais e negócios de impacto no Brasil, reuniu-se para constituir um movimento em prol das finanças sociais no País. Foram eleitos temas críticos para o campo e, inspirados pela trajetória de outros países, convidaram lideranças brasileiras de diferentes setores para assumir a Força-tarefa Brasileira de Finanças Sociais, lançada em maio de 2014.

Sua missão é articular sua rede de relações para atrair investidores, empreendedores, governos e parceiros para que desenvolvam e fomentem modelos de negócios rentáveis, que resolvam problemas sociais ou ambientais e, com isso, mudem a mentalidade sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade.

b) Academia

O Programa Academia foi desenvolvido para fortalecer as instituições de ensino superior no Brasil e engajar os professores com a temática das finanças sociais, buscando introduzir atividades mensuráveis nos três pilares das universidades: docência, pesquisa e extensão.

Desde a sua criação, em 2012, o Projeto Academia já apoiou a formação de professores em congressos internacionais e nacionais, a produção de diversos artigos, estudos de caso e pesquisas e a institucionalização de centros e núcleos, além da realização de competições universitárias na temática de finanças sociais e negócios de impacto.

c) Organizações do Ecossistema

O Instituto apoia as organizações intermediárias - como instituições de fomento ao tema, de avaliação, capacitação e certificação, de produção e disseminação de conteúdo, entre outras -por meio do Programa Organizações Estratégicas do Ecossistema, que visa ampliar e fortalecer a atuação desses fatores no campo das finanças sociais e dos negócios de impacto.

d) Aceleração e Incubação de Impacto

O Programa de Aceleração e Incubação de Impacto baseia-se em quatro estratégias principais:

- Disseminação do tema dos negócios de impacto em larga escala para aceleradoras e incubadoras.
- Fortalecimento das aceleradoras e incubadoras para que elas estejam preparadas para incluir em seu portfólio negócios de impacto.
- Reconhecimento das melhores práticas.
- Sistematização do conhecimento e disseminação para o campo, a fim de fomentar o ecossistema de negócios de impacto.

e) Fórum de Finanças Sociais e Negócios de Impacto 2016

Realizado a cada dois anos, o evento nasceu com a missão de fortalecer o ecossistema de finanças sociais e negócios de impacto no Brasil. É uma iniciativa que abre espaço para o diálogo e o debate sobre as questões estruturais do campo, as inovações nos investimentos, a perspectiva dos empreendedores sociais, o papel do governo e da academia, as oportunidades para a indústria e a inclusão dos negócios de impacto na cadeia de valor de grandes empresas e governo, entre outros assuntos.

O Instituto atende ao inciso VI, alínea "c", do artigo 150 da Constituição Federal de 1988 e à Lei nº 9.790/99, também denominada Lei do Terceiro Setor, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, possuindo a qualificação, pelo Poder Público, de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, assim como a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, e NBC TG 07 (R1), alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013, relativas a entidades sem fins lucrativos e subvenção e assistência governamentais.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do Instituto é o real (R\$). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

As principais práticas contábeis adotadas pelo Instituto é como segue:

a) Ativo e passivo

Os valores realizáveis e exigíveis no curso do exercício social subsequente estão classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

b) Doações e contribuições

As doações e contribuições recebidas são reconhecidas na rubrica "Outras Doações" e "Doações de Associados", quando do efetivo recebimento pelo regime de caixa.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em fundos de caixa, recursos em contas-correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

d) Títulos e valores mobiliários

Demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras ou pelo valor justo de mercado, se este for inferior.

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O Instituto utiliza o método de depreciação linear definida com base na estimativa da vida útil-econômica de cada ativo ou componente de um ativo. O valor depreciável, a vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

f) Provisão para férias e encargos sociais

Constituída com base na remuneração dos empregados e nos direitos adquiridos nas datas de encerramento dos exercícios, incluindo o abono de férias e os respectivos encargos.

g) Despesas

Registradas quando incorridas, de acordo com o princípio de competência dos exercícios.

h) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas do Instituto, bem como na divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à determinação da provisão para riscos e à determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	1.520	1.018
Bancos	<u>248.140</u>	<u>202.033</u>
Total	<u>249.660</u>	<u>203.051</u>

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	<u>1.420.151</u>	<u>1.318.245</u>

Representados por aplicações em fundos de renda fixa remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com rentabilidade média de 106%.

5. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Referem-se a provisões trabalhistas e tributos incidentes sobre serviços contratados, sujeitos à retenção pelo tomador dos serviços.

6. PROVISÃO PARA RISCOS

O Instituto está sujeito a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas prováveis e ajusta as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2016, o Instituto possui exposição de R\$13.669 (R\$13.669 em 2015) referente a processos trabalhistas cujas probabilidades de perda foram classificadas como prováveis. Não há causas possíveis, conforme avaliação dos assessores jurídicos.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Instituto é constituído de bens móveis, imóveis, direitos e valores adquiridos ou recebidos sob a forma de doações, legados, subvenções, auxílios ou qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento de suas finalidades sociais.

O Instituto destina seu superávit ao desenvolvimento de sua missão e aos seus objetos sociais, não distribuindo lucros, dividendos ou bonificações a nenhum título, tampouco cotas patrimoniais, entre seus associados e membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativos, Fiscal e Consultivo.

8. RECEITA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Doações de associados	915.493	1.058.638
Outras doações (*)	<u>3.298.553</u>	<u>2.561.845</u>
Total	<u>4.214.046</u>	<u>3.620.483</u>

(*) Referem-se, basicamente, às doações recebidas para apoiar os novos programas: Programa de Incubação e Aceleração de Impacto, Projeto Força-tarefa e Programa Academia.

9. DESPESAS POR NATUREZA

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas entre administrativas e programáticas, sendo esta última subdividida pelos programas internos. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2016						Total
	Despesas com programas						
	Outas Despesas Administrativas	Projeto Força- -tarefa	Programa de Aceleração e Incubação de Impacto	Programa Academia	Programa Organizações do Ecossistema	Fórum 2016	
Despesas com pessoal	543.197	369.837	277.377	69.344	242.705	346.722	1.849.182
Contribuições associativas e donativos a terceiros	19.718	-	130.274	84.900	188.164	-	423.056
Despesas com viagens	61.589	31.903	44.107	28.204	7.272	126.990	300.065
Aluguel	-	-	7.460	-	5.877	204.275	217.612
Serviços de assessoria e consultoria	297.404	285.498	114.014	86.019	164.776	97.108	1.044.819
Despesas com telefone, energia elétrica e outros insumos	108.434	-	-	-	-	-	108.434
Material pedagógico	55.663	77.329	7.817	7.837	28	-	148.674
Depreciações e amortizações	6.887	-	-	-	-	-	6.887
Outras	<u>243.574</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>243.574</u>
Total	<u>1.336.466</u>	<u>764.567</u>	<u>581.049</u>	<u>276.304</u>	<u>608.822</u>	<u>775.095</u>	<u>4.342.303</u>

	2015						Total
	Despesas com programas						
	Despesas administrativas	Projeto Força- -tarefa	Programa de Aceleração e Incubação de Impacto	Programa Academia	Programa Organizações do Ecossistema	Fórum 2015	
Despesas com pessoal	379.936	511.453	219.194	263.033	87.678	87.678	1.461.293
Contribuições associativas e donativos a terceiros	10.696	-	14.805	49.760	256.978	-	332.239
Despesas com viagens	27.237	41.356	25.115	35.996	-	-	129.704
Aluguel	4.308	142.721	3.581	895	-	-	151.505
Serviços de assessoria e consultoria	209.636	431.141	107.206	20.456	-	-	768.439
Despesas com telefone, energia elétrica e outros insumos	135.277	-	-	-	-	-	135.277
Material pedagógico	66.654	92.598	9.361	9.384	31	-	178.028
Depreciações e amortizações	5.610	-	-	-	-	-	5.610
Outras	<u>313.347</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>313.347</u>
Total	<u>1.152.701</u>	<u>1.218.269</u>	<u>379.261</u>	<u>379.524</u>	<u>344.689</u>	<u>-</u>	<u>3.475.443</u>

Remuneração da Administração

O montante registrado em 31 de dezembro de 2016 é de aproximadamente R\$ 753 mil (2015-R\$603 mil), referente a benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios. Esse valor está registrado na rubrica "Despesas administrativas e gerais" no resultado do exercício. Não há benefícios pós-emprego.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras-		
Rendimento de aplicações financeiras	180.112	171.003
Despesas financeiras-		
Taxas bancárias	<u>(5.417)</u>	<u>(1.227)</u>
Total	<u>174.695</u>	<u>169.776</u>

11. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em 31 de dezembro de 2016, o Instituto cumpre todos os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional - CTN, o qual torna imune as instituições que não distribuem os resultados e que aplicam seus recursos em território nacional.

O Instituto também se enquadra na Lei OSCIP nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, a qual permite remuneração a valor de mercado dos dirigentes do Instituto que atuem efetivamente na gestão executiva.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto participa de operações com instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de taxas de juros.

Risco de taxas de juros

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo – CDI	1.420.151	1.318.245

O Instituto possui os seguintes instrumentos financeiros classificados em:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos financeiros:		
Empréstimos e recebíveis-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	249.660	203.051
Títulos e valores mobiliários	1.420.151	1.318.245
Passivos financeiros-		
Outros passivos-		
Fornecedores	86.161	59.316

A Administração do Instituto é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Riscos de liquidez

O Instituto depende de doações e subvenções para continuar operando e exercendo suas funções sociais e entende que continuará recebendo as doações e subvenções necessárias para sua operação.

13. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de junho de 2017, foi aprovada a emissão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2016.